

CONGRESSO DOS QUADROS CABOVERDIANOS NA DIÁSPORA

Lisboa, 29 de Junho a 1 de Julho de 1994

Painell III: Relações de Solidariedade entre as Comunidades Caboverdianas no Exterior e com Cabo Verde. Formas de Expressão e Aprofundamento dessas Relações

**COMUNIDADE CABOVERDIANA EM PORTUGAL.
QUE CONTRATO DE SOLIDARIEDADE?**

JOÃO Fiel MIRANDA

Ex-Dirigente da Assoc. Caboverdiana
Vice Presidente da A.C.E.P. - ONGD

JOÃO FIEL MIRANDA

Ex-Dirigente da Assoc. Caboverdiana

Vice Presidente da ACEP - Assoc. para Cooperação entre os Povos

Lisboa - PORTUGAL

CABOVERDIANOS EM PORTUGAL. QUE CONTRATO DE SOLIDARIEDADE?

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,
Caros Colegas e Amigos

Ao termos esta oportunidade de poder participar neste evento ímpar na história da nossa emigração no mundo, gostaríamos de saudar os presentes, particularmente os não residentes em Portugal e formular sinceros votos a nós todos, para que atinjamos os resultados que pretendemos.

A comunidade caboverdiana residente em Portugal, comunidade heterogénea que ronda os 80 mil pessoas, é o resultado de vários fluxos a saber:

- a partir dos finais dos anos 50 milhares de caboverdianos tentando atingir a Europa rica e também África, permanecendo grande parte dela em Portugal;
- dos finais dos anos 60 até 1974, saída de Cabo Verde um certo número de quadros da antiga administração colonial;
- saída maciça de 1968 a 1973 de trabalhadores não qualificados, ao abrigo de um programa de recrutamento de mão-de-obra masculina promovida pelo Governo Colonial;
- saída de vários fluxos depois de 1974 e de intensidade variável, com finalidade ao reagrupamento familiar;
- fluxos com certa intensidade de emigrantes muito jovens, no período compreendido entre 1985 e 1991.

A grande maioria é composta essencialmente por emigrantes originários da ilha de Santiago, havendo ainda grande número provenientes das ilhas de St^o Antão e Fogo, sendo todas as três ilhas essencialmente agrícolas. Da ilha de S. Vicente meio urbano por excelência não há a registar uma presença significativa.

Grande parte quando veio de Cabo Verde era portadora de um determinado código de valores e

vivência do meio rural em que habitavam. No país de origem a luta pela sobrevivência marcou o seu destino: a solidariedade nos trabalhos do campo, na construção da casa, na guarda dos filhos, protecção dos idosos. Essa solidariedade foi transportada e readaptada ao meio hostil do país de destino que nada tem a ver com os seus padrões.

A chegada foi um choque. Choque que adquiriu maior dimensão nos anos 60. Não tinham ninguém à sua espera e o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos criado exclusivamente pelo Governo Colonial para o enquadramento dos imigrantes, ficou apenas pelos procedimentos administrativos.

A primeira implantação no território gera-se a partir dos locais junto às obras, nos casebres insalubres, construídos pelos empreiteiros. A partir de 1976, os bairros degradados à volta dos centros urbanos, ganham nova dimensão e novos ocupantes. Aí recriam os laços de solidariedade de que eram portadores: as barracas de zinco e cartão dão lugar, nos fins de semana pelo trabalho de "djunta-mon", às casas de alvenaria, possibilitando-lhes o alojamento de familiares e amigos que iam chegando.

É o acolhimento da família alargada caboverdiana e sem o qual, o impacto seria muito mais nefasto. O reagrupamento familiar com a chegada das mulheres depois de 1975/76, foi sem dúvida uma componente altamente estabilizadora e que muda essencialmente o comportamento dos primeiros emigrantes. Desaparecem as rixas nos bairros da cidade e o recurso à prostituição.

A "nova vida" é marcada pela vivência do bairro e os laços de solidariedade gerados constituem autêntica anestesia para ultrapassarem as duas condições de marginalidade em que vivem mais de 50% dos caboverdianos residentes em Portugal. Assim toda a vivência cultural que se vivia em Cabo Verde é recriada. É o batuque nas festas de baptizados e casamentos, o barulho das coladeiras e funaná, a confecção da cachupa, muitas vezes no espaço exterior das casas, os penteados artísticos das raparigas, os contadores de estórias que relatam a triste sorte, no dizer do poeta, " Caminho de S. Tomé".

O crescimento da população pela chegada dos familiares e amigos e o aparecimento de uma numerosa 2ª geração, multiplicam exponencialmente os problemas já existentes: deficientes condições de habitabilidade; ausência de saneamento básico; falta de salubridade; insegurança pessoal pelas detenções indiscriminadas; problemas de saúde ao nível das grávidas e crianças; clandestinidade, etc, etc.

As novas necessidades surgidas representam o salto da simples vivência lúdica e espírito de entreajuda nos problemas do quotidiano, para um nível superior de organização. Os moradores fazem, assim, aprendizagem para nova forma de solidariedade social. É o advento das associações locais ou das comissões de moradores para o encaminhamento dos problemas .Problemas e mais problemas...

Afinal, Portugal não correspondera ao seu sonho de terra prometida.

É a própria comunidade que se organiza para fazer frente à falta de equipamentos para infância, de ocupação dos tempos livres, necessidade de maior cobertura no campo de alfabetização de adultos.

Nos anos 80 aparecem grande parte das associações ,ditas locais, organizações ainda hoje incipientes, tendo apenas das dezoito ,quatro , estatuto de IPSS (Instituição Privada de Solidariedade Social). Constituem autênticas válvulas de escape e a solução no momento certo, onde as instituições portuguesa não chegam. O espírito do "djunta-mon", uma vez mais ,vem dar consistência a algumas actividades conseguidas com algum sucesso, mas a falta de apoios financeiros não permitiram lançar pontos de contacto com a sociedade em geral. Mas, poder-se-á perguntar se a solidariedade não poderia ter vindo de fora para dentro. Aquela possível nem sequer chegou a ser esboçada. Uma excepção apenas para Associação Caboverdiana, que depois de Abril de 74 norteou o seu destino solidário com aqueles que viviam nas condições mais duras.

O emprego precário de milhares e milhares de caboverdianos na construção civil, as reduzidas taxas de actividade nas mulheres, não permitiram à maioria a possibilidade de alargar no plano individual os contactos com a terra-mãe.

A nível do colectivo as estruturas criadas não estão em condições de alargar os laços de solidariedade com Cabo Verde, nem interbairros. Fez-se o que podia e com as possibilidades existentes.

No panorama associativo ,como se referiu apenas uma - a Associação Caboverdiana - com mais de duas dezenas de anos de existência conseguiu alargar o seu projecto a nível nacional e até além-fronteiras em certos momentos do desenvolvimento de Cabo Verde e da imigração em Portugal. Nos últimos anos, destacou-se pela intervenção social a nível dos bairros com um projecto piloto "Nô Djunta-Mon" e que, segundo parece, lançou boa semente. Assim ,as escolas e as instituições de solidariedade social multiplicam-se em projectos integrados ,em boa parte, na tradição do "djunta-mon".

Muito recentemente, soube corresponder às exigências que dela esperavam: foi a batalha da legalização, com o protagonismo que todos conhecem. Maior prova de solidariedade não podia ser dada por uma associação, no combate à clandestinidade que retira às famílias caboverdianas os mais elementares direitos. No entanto, e não estamos em hora de balanço, por incrível que pareça ,a falta de apoios sérios, não permitiram a consolidação da sua estrutura. Pode-se dizer que foi mais generosa do que foi ^{capa} para ela.

Essa debilidade impossibilitou a Associação Caboverdiana de gerar, de Portugal grandes movimentos humanitários com Cabo Verde a exemplo de outras associações da diáspora, nem teve forças suficientes para o papel que lhe competia e dela se esperava: elemento aglutinador do movimento associativo.

A grande prioridade da sua acção em prol dos emigrantes mais desfavorecidos poderia ter sido acompanhado de um movimento junto dos emigrantes com diferentes estatutos socio-económicos, podendo assim capitalizar uma nova forma de solidariedade no interior da comunidade. Foi tentado essa solidariedade? Ou o lançamento de pontes entre os vários grupos da nossa Comunidade em Portugal nunca foi profundamente equacionado?

Grupos ou comunidades, porque embora o grupo dos caboverdianos apresente contornos mais ou menos bem demarcados, há situações bem diferenciadas, tendo em conta o nível de

escolaridade, a formação profissional e a sua inserção no mercado de trabalho. Estimados em cerca de 15 a 20%, são quadros superiores e médios, ocupando em alguns casos, embora poucos, lugares de destaque no mundo empresarial. Representa uma comunidade mais estável e integrada, pelo menos, aparentemente. Revelando embora, alguns desajustamentos com a sociedade portuguesa, os seus problemas confundem-se com os da pequena e média burguesias. Confundem-se ... No entanto, chegada a hora do racismo, ela toca a todos nós.

Não é de estranhar, portanto, que as suas formas de organização e laços de solidariedade tenham mais a ver com os interesses de grupo, identificados na selva da competição, cada vez mais exigentes. As associações criadas no seu seio estão vocacionadas para a cooperação técnica e promoção de actividades culturais. Ao todo não ultrapassam um total de quatro associações. Aqui os laços de solidariedade dão lugar a encontros esporádicos de antigos amigos, festas ou tentativas de organização de lobbies.

No essencial, mais capacitada, ao menos no plano individual, não foi capaz de gerar solidariedades para com os **outros**, ou seja, para com os compatriotas mais desfavorecidos. Mesmo em momentos críticos que abalaram a consciência dos caboverdianos em Portugal - linchamento de um caboverdiano em 1979 e outras notícias mal exploradas pela comunicação social - não geraram dos mais capazes movimentos de repúdio à volta da família caboverdiana. Afinal, pode ser questionado se o sentimento de pertença a uma mesma família tem o mesmo significado para os vários grupos. **A tão apregoada caboverdianidade, que dimensão tem em Portugal?**

Como conclusão, pode-se dizer, que de uma maneira geral, a batalha da solidariedade, exceptuando o caso da Associação Caboverdiana, foi pouco visível ou raras vezes saiu dos limites dos bairros.

Mais importante do que fazer balanços, é urgente encontrar no momento actual as respostas adequadas para os laços de solidariedade ainda possíveis.

Como estão capacitadas as estruturas associativas? O que falta criar? Qual a direcção em que deve investir?

E não esperemos pelo aparecimento de mais "Saras Tavares", que há muitas, para sairmos da concha do nosso comodismo, ou nos reconciliarmos com a nossa autoconfiança. É preciso, antes de mais, restaurarmos a esperança e a confiança nos nossos próprios valores.

Muito Obrigado

JOÃO FIEL MIRANDA

Ex-Dirigente da Assoc. Caboverdiana

Vice Presidente da ACEP - Assoc. para Cooperação entre os Povos

Lisboa - PORTUGAL

CABOVERDIANOS EM PORTUGAL. QUE CONTRATO DE SOLIDARIEDADE?

As relações de solidariedade geradas no seio da Comunidade em Portugal são fruto das condições sócio-económicas e culturais do maior grupo de residentes estrangeiros em Portugal (um breve parêntesis para precisar que, aqui, o conceito de estrangeiro nada tem a ver com a aquisição da nacionalidade portuguesa).

Portadora de uma cultura e identidades com contornos bem demarcados, a maioria proveniente das ilhas de forte tradição agrícola alargou e adaptou os seus códigos de solidariedade para a dura realidade dos bairros. É o djuntamôn transportado do campo, do culto das aldeias, para as associações locais e de socorros mútuos. Uma, apenas, se destacou por ter levado além-fronteiras a bandeira da solidariedade.

Outros grupos mais diferenciados optaram pelo associativismo vocacionado para a cooperação técnica e cultural. Na forja, o aparecimento de lobbies?

De qualquer forma os laços de solidariedade ficaram aquém das expectativas. Não houve dentro da própria Comunidade muitas pontes de solidariedade.

Que solidariedade possível? Que contrato de solidariedade? Com quem e como?

Resumo da Comunicação apresentada por JOÃO MIRANDA - Lisboa - PORTUGAL
